

Processo nº 1/2207/2012
Julgamento nº _____/_____



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

AUTUADO: TIAGO BEZERRA TEMOTEO - ME
C.G.F. 06.203.512-6
ENDEREÇO: RUA FRANCISCO ENEAS DE LIMA, GAL JORGE ROQUE B-63
PROCESSO: 1/2207/2012
AUTO DE INFRAÇÃO: 1/2012.04775-5

EMENTA: INEXISTÊNCIA DE LIVROS FISCAIS.
Infração fiscal perfeitamente caracterizada. Consta do Decreto nº 24.569/97 - RICMS que livros e documentos fiscais e contábeis devem ser conservados pelo prazo decadencial de 05 (cinco) anos, onde fica claro, inclusive, que o lapso de tempo que marca a obrigação pela conservação e guarda dos livros fiscais e contábeis ultrapassa o respectivo exercício fiscal. Penalidade da alínea "a" do inciso V do art. 123 da Lei nº 12.670/96. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Julgado à revelia.

Julgamento n. 1032,15

RELATÓRIO

Descreve a inicial a seguinte infração "Inexistência de Livro Fiscais ou atraso de escrituração dos livros fiscais e contábeis. A firma acima mencionada não atendeu em tempo hábil o Termo de Intimação 2012.08666, que intima o contribuinte a apresentar o livro de registro de entradas no exercício de 2009."

Dada a acusação, foi aplicada a penalidade do art. 123, V, "a" da Lei nº 12.670/96.

Multa lançada:..... R\$ 3.062,88

Transcorrido o prazo legal , não havendo qualquer manifestação por parte do Contribuinte, lavrou-se o competente Termo de Revelia às fls.17.

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

À luz dos autos, e do que disciplina a legislação tributária, a infração fiscal está perfeitamente caracterizada, haja vista que o contribuinte, mesmo notificado a apresentar os livros Fiscais , não o fez. A obrigatoriedade do uso do referido livro está prevista no Decreto nº 24.569/97 - RICMS, que assim dispõe:

Art. 260. Os contribuintes e as pessoas obrigadas à inscrição deverão manter, em cada um dos estabelecimentos, os seguintes livros fiscais, de conformidade com as operações que realizarem:

.....


Assim, resta fundamentado que não há nenhuma falha processual, passaremos portanto, ao exame meritório da questão.

Trata-se de autuação fundamentada na inexistência de livro caixa, previsto no art. 77, § 1º, da Lei 12.670/96:

Art. 77. Os contribuintes definidos nesta Lei deverão utilizar, para cada um dos estabelecimentos obrigados à inscrição, livros fiscais distintos, que servirão ao registro das operações e prestações que realizarem, ainda que isentas ou não tributadas, na forma distinta disposta em regulamento.

Prescreve a obrigatoriedade do uso dos livros, o RICMS determina que este e todos os demais livros fiscais sejam conservados pelo prazo decadencial de 05 (cinco) anos, deixando claro, inclusive, que o lapso de tempo que marca a obrigação pela conservação e guarda dos livros fiscais ultrapassa o respectivo exercício fiscal. Verbis:

Art. 421. Os livros e documentos fiscais e contábeis, inclusive gravados em meio magnético, que serviram de base à escrituração, serão conservados em ordem cronológica, salvo disposição em contrário, pelo prazo



Processo nº 1/2207/2012
Julgamento nº 032/L0

decadencial do crédito tributário, para serem exibidos ao Fisco, quando exigidos.

Resta evidente que o auto de infração não comporta reparos ante a não apresentação dos livros de registros fiscais confrontada com os dispositivos legais aqui colacionados. Com efeito, exige o caso a aplicação da penalidade da alínea "a" do inciso V do art. 123 da Lei nº 12.670/96. Veja-se o teor:

Art. 123. As infrações à legislação do ICMS sujeitam o infrator às seguintes penalidades, sem prejuízo do pagamento do imposto, quando for o caso:

.....
V - relativamente aos livros fiscais:
.....

a) Inexistências de livros fiscais ou atraso de escrituração dos livros fiscais e contábeis : multa equivalente a 90 (noventa) Ufirce's por período;

DEMONSTRATIVO

Multa 90 UFIRCES x 12 (meses) (ART. 123, "a" do inciso V do art. 123 da Lei 12.670/96.

TOTAL = 1.080 UFIRCES

DECISÃO

Ante o exposto, pela PROCEDÊNCIA do auto de infração, ficando o contribuinte intimado para no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta decisão, recolher ao Erário estadual o montante de 1.080 (hum mil oitenta) UFIRCE's e acréscimos legais ou, em igual prazo, interpor recurso para o Conselho de Recursos Tributários.

Célula de Julgamento de 1ª Instância, 20 de abril de 2015.


Silvana Carvalho Lima Petenkar
Julgadora Administrativo-Tributária